

Demonstrações Contábeis

EXERCÍCIO
2018



FUNDAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em milhares de Reais			
ATIVO	Nota	31.12.2018	31.12.2017
CIRCULANTE		113.729	135.600
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	29.662	12.688
Instrumentos Financeiros e Derivativos	5.a	62.359	107.299
Outros Créditos	6	21.708	15.613
NÃO CIRCULANTE		190.063	193.499
Instrumentos Financeiros e Derivativos	5.a	189.046	192.299
Imobilizado de Uso	7	917	1.046
Intangível	8	100	154
TOTAL DO ATIVO		303.792	329.099
PASSIVO/PATRIMÔNIO SOCIAL		31.12.2018	31.12.2017
CIRCULANTE		30.642	47.067
Liberações, Repasses e Pagamentos a Efetuar		934	3.353
Projetos sociais contratados	9	205	2.818
Obrigações a pagar	10	729	535
Recursos de Convênios	11.b	28.039	42.504
Recursos Doados Condicionais		1.297	914
Outras Obrigações		80	--
Provisões Trabalhistas e Cíveis	12.b	292	296
NÃO CIRCULANTE		6	54.141
Obrigações Legais	13	--	54.136
Liberações, Repasses e Pagamentos a Efetuar		6	5
PATRIMÔNIO SOCIAL		273.144	227.891
Fundo patrimonial	14	190.432	135.834
Superávits acumulados	14	82.712	92.057
TOTAL DO PASSIVO		303.792	329.099

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO

Em milhares de Reais			
	Nota	Exercício/2018	Exercício/2017
RECEITAS OPERACIONAIS		196.319	143.262
Receitas de Doações e Contribuições	15	77.826	79.445
Resultado Financeiro	16	25.753	29.414
Receitas financeiras recursos próprios		24.612	26.889
Receitas financeiras recursos de terceiros		1.381	2.638
Despesas financeiras fundos de investimento exclusivos		(240)	(113)
Receitas de Recuperação de Exercícios Anteriores	17	54.241	13.449
Receitas de Recuperação de Despesas de Convênios	18	18.782	20.906
Outras Receitas	19	19.717	48
DESPESAS OPERACIONAIS		(151.066)	(154.768)
Despesas com Investimento Social	20	(105.920)	(98.824)
Recursos próprios		(87.138)	(77.918)
Recursos de terceiros		(18.782)	(20.906)
Despesas com Pessoal	21	(36.251)	(35.815)
Despesas Administrativas	22	(4.801)	(5.739)
Despesas com Comunicação Institucional	22	(2.556)	(1.092)
Despesas Tributárias	23	--	(10.094)
Despesas com Anulação de Receitas Financeiras	24	(1.453)	(2.722)
Outras Despesas	25	(85)	(482)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		45.253	(11.506)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhares de Reais		
	Exerc/2018	Exerc/2017
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	45.253	(11.506)
Outros resultados abrangentes	--	--
Efeitos dos impostos sobre resultados abrangentes	--	--
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	45.253	(11.506)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	Em milhares de Reais	
	Exerc/2018	Exerc/2017
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES		
Superávit (Déficit) do exercício	45.253	(11.506)
Ajustes ao Superávit (Déficit)	(53.915)	(2.571)
Reversão da provisão para Imposto de Renda sobre aplicações financeiras	(54.135)	(2.946)
Redução em depreciações/amortizações	273	404
Receita com o recebimento de bens em doação	(49)	(42)
Reforço (Reversão) das despesas com provisões cíveis e trabalhistas	(4)	13
Superávit (Déficit) ajustado	(8.662)	(14.007)
Variações Patrimoniais	22.334	5.930
Redução em instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	44.940	4.946
(Aumento) Redução em outros créditos	(6.094)	2.643
Aumento (Redução) em projetos sociais contratados	(2.613)	2.161
Aumento em obrigações a pagar	194	52
(Redução) em recursos de convênios	(14.465)	(4.465)
Aumento em recursos doados condicionais	383	85
Aumento (Redução) em outras obrigações	80	(12)
Aumento/(Redução) em imobilizado de uso/intangível	(91)	(20)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES	13.672	(8.687)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(Aumento) Redução em instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	3.253	(2.574)
Recebimento de bens em doação	49	--
Ganho com alienação de imobilizado/intangível	--	42
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	3.302	(2.532)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	16.974	(11.219)
Início do período	12.688	23.907
Fim do período	29.662	12.688
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	16.974	(11.219)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de Reais				
EVENTOS	Nota	Fundo Patrimonial	Superávit/(Déficit) Acumulado	Total
Saldos em 31.12.2016		141.250	98.147	239.397
Superávit (Déficit) do exercício		--	(11.506)	(11.506)
Transferência - Fundo Patrimonial		(5.416)	5.416	--
Saldos em 31.12.2017	14	135.834	92.057	227.891
Mutações do Período		(5.416)	(6.090)	(11.506)
Saldos em 31.12.2017		135.834	92.057	227.891
Superávit (Déficit) do exercício		45.253	--	45.253
Transferência - Fundo Patrimonial		9.345	(9.345)	--
Saldos em 31.12.2018	14	190.432	82.712	273.144
Mutações do Período		54.598	(9.345)	45.253

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 - A FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL E SUAS OPERAÇÕES

A Fundação Banco do Brasil (Fundação), pessoa jurídica de direito privado, é uma entidade sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, instituída e patrocinada pelo Banco do Brasil S.A. e está localizada no SCES Trecho 2, Lote 22, CEP 70.200-002, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos de educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais.

Os montantes destinados a essas ações são oriundos de recursos próprios e de terceiros. Os recursos próprios se originam dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras, de doações do instituidor Banco do Brasil S.A., de outras pessoas jurídicas e de pessoas físicas. Os recursos de terceiros provêm de convênios e acordos de cooperação técnica e financeira firmados com órgãos da administração pública federal e instituições privadas.

Na destinação de recursos por campo de atuação, a Fundação observa as diretrizes constantes de seu planejamento estratégico, elaborado a cada período de cinco anos e aprovado pelo Conselho Curador.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e demais Normas Brasileiras de Contabilidade, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

A elaboração das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justo dos instrumentos financeiros, a provisão para outros créditos, a depreciação dos bens do ativo imobilizado, a amortização do ativo intangível e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações contábeis foram elaboradas pela Diretoria Executiva conforme artigo 11, inciso XVI do Estatuto da Fundação e foram aprovadas pelo Conselho Curador na reunião ordinária do dia 26.03.2019.

b) Consolidação de Fundos de Investimento Exclusivos

Em consonância com suas estratégias de negócios, a Fundação possui fundos de investimentos exclusivos, os quais são consolidados nas demonstrações contábeis (Fundo BB Milênio 16 - Fundos de Investimento Renda Fixa, CNPJ 03.752.446/0001-60, e BB Fundação 30 - Fundos de Investimento Renda Fixa Longo Prazo, CNPJ 24.117.267/0001-21), administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BB DTVM). Os títulos e investimentos mantidos por meio desses fundos são registrados nas rubricas Caixa e Equivalentes de Instrumentos Financeiros e Derivativos, considerando os vencimentos originais dos títulos e as estratégias de investimento. Os ativos, passivos e resultados registrados por meio dos fundos de investimento exclusivos, consolidados nestas demonstrações contábeis, estão representados conforme a seguir:

Quadro Resumo dos Ativos e Passivos do Fundo BB Milênio 16 ⁽¹⁾

R\$ mil

Aplicações - Especificação	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e equivalentes de caixa	23.953	2.513
Instrumentos financeiros - Mensurados a valor justo por meio de resultado	33.531	107.299
Letras financeiras do Tesouro	20.932	53.453
Letras financeiras privadas	12.599	53.846
Instrumentos financeiros - Mantidos até o Vencimento	28.522	--
Letras do Tesouro Nacional	18.442	--
Notas do Tesouro Nacional	10.080	--
Total do ativo	86.006	109.812
Origens - Especificação	31.12.2018	31.12.2017
Valores a pagar	8	9
Patrimônio líquido	85.998	109.803
Total do passivo e do patrimônio líquido	86.006	109.812

Quadro Resumo dos Resultados do Fundo BB Milênio 16

R\$ mil

Composição de resultado do exercício	Exerc/2018	Exerc/2017
Rendas de títulos de renda fixa	5.518	10.003
Rendas de aplicações em operações compromissadas	560	1.400
Marcação a mercado	205	182
Despesas Financeiras Fundo BB Milênio	(240)	(113)
Despesas administrativas	(154)	(182)
Resultado do exercício	5.889	11.290

(1) Os instrumentos financeiros do fundo exclusivo estão classificados conforme o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, norma aplicável às empresas financeiras.

Quadro Resumo dos Ativos e Passivos do Fundo BB Fundação 30 ⁽¹⁾		R\$ mil
Aplicações - Especificação	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e equivalentes de caixa	439	189
Instrumentos financeiros - Mensurados a valor justo por meio de resultado	306	--
Títulos públicos federais	306	--
Instrumentos financeiros - Mantidos até o vencimento	189.046	192.299
Notas do Tesouro Nacional	189.046	192.299
Despesas Antecipadas	1	1
Total do ativo	189.792	192.489
Origens - Especificação	31.12.2018	31.12.2017
Valores a pagar	8	8
Patrimônio líquido	189.784	192.481
Total do passivo e do patrimônio líquido	189.792	192.489

Quadro Resumo dos Resultados do Fundo BB Fundação 30		R\$ mil
Composição de resultado do exercício	Exerc/2018	Exerc/2017
Rendas de títulos de renda fixa	19.259	16.805
Rendas de aplicações em operações compromissadas	168	398
Despesas administrativas	(244)	(249)
Resultado do exercício	19.184	16.954

(2) Os instrumentos financeiros do fundo exclusivo estão classificados conforme o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, norma aplicável às empresas financeiras.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pela Fundação são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis consolidadas.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

As Receitas de Doações e Contribuições são apropriadas na data do ingresso dos recursos. Registra as doações e contribuições de recursos recebidos do instituidor Banco do Brasil S.A., e as demais doações e contribuições recebidas, caracterizadas como recursos próprios, para aplicação em programas e projetos sociais, bem como em despesas de custeio e de investimentos da Fundação (Nota 15).

As Receitas Financeiras são apropriadas mensalmente de acordo com o rendimento bruto auferido pelas aplicações financeiras de recursos próprios e de terceiros, inclusive resultados com instrumentos financeiros (Nota 16). As receitas financeiras com recursos de terceiros são anuladas pela constituição das despesas com anulação de receitas financeiras de recursos de terceiros, não impactando o resultado da Fundação (Nota 24).

As Receitas de Recuperação de Despesas com Convênios – Recursos de Terceiros são apropriadas simultaneamente à ocorrência de despesas com projeto social apoiado com recursos de terceiros e têm por objetivo anular o gasto incorrido, uma vez que a Fundação é mera administradora dos valores entregues, não auferindo qualquer renda derivada desses recursos (Nota 18).

As Despesas com Investimento Social são registradas com a entrada das notas fiscais e recibos enviados pelas entidades executoras dos projetos, mediante assinatura de termo de convênio, que por sua vez, exige prestação de contas de cada parcela financeira liberada (Nota 20).

As Despesas de Comunicação Institucional são registradas com a realização das ações institucionais de comunicação publicitária, comunicação promocional e de mobilização social (Nota 22).

As Despesas Tributárias foram registradas ao longo do exercício mediante a provisão para imposto de renda na fonte sobre os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras, bem como os juros e a multa de mora (Nota 23). Entretanto, em julgamento da ADI 1.802/DF, o STF reconheceu, em 12.04.2018, com trânsito em julgado em 14/05/2018, a inconstitucionalidade formal e material do artigo 12, inciso 1º, 9.532/97. Em virtude da pacificação da matéria a constituição da provisão foi descontinuada e o saldo da mesma revertido.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações no mercado aberto, com prazos originais na data da efetiva aplicação iguais ou inferiores a 90 dias, sujeitas a insignificante risco de mudança de valor (Nota 4).

c) Instrumentos Financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros considera a finalidade para a qual os mesmos foram contratados ou adquiridos e são classificados em conformidade com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Ativos Financeiros

A classificação dos ativos financeiros é realizada a partir de uma análise das características contratuais dos fluxos de caixa e do modelo de negócios da empresa para a gestão dos ativos. Os ativos financeiros são classificados nas categorias, abaixo relacionadas:

Custo amortizado: são ativos financeiros geridos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja receber os respectivos fluxos de caixa contratuais. Nessa categoria, os fluxos de caixa futuros previstos contratualmente devem constituir-se exclusivamente em pagamentos de principal e juros em datas especificadas.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: são ativos financeiros geridos dentro do modelo de negócios, cujo objetivo seja gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela negociação com transferência substancial de riscos e benefícios.

Valor justo por meio de resultado: são ativos financeiros que não se enquadram nas categorias custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou que são, no reconhecimento inicial, designados de forma irrevogável como valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar um descasamento contábil, caso fossem mensurados de outra forma.

Metodologia de redução ao valor recuperável: As perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) dos ativos financeiros, são apuradas com base em um modelo de perdas esperadas.

A tabela a seguir demonstra a classificação dos ativos financeiros da Fundação sob o CPC 38 e a nova classificação desses ativos sob o CPC 48 em 1º de janeiro de 2018.

Ativos financeiros	Classificação de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil de acordo com o CPC 38	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48
Caixa e Equivalentes de Caixa	Custo amortizado	Custo amortizado	12.688	12.688
Instrumentos Financeiros e Derivativos	Títulos para negociação	Valor justo por meio de resultado	107.109	107.109
Instrumentos Financeiros e Derivativos	Mantidos até o vencimento	Valor justo por meio de resultado	192.489	192.489

d) Outros Créditos

Em outros créditos, são registrados os adiantamentos de recursos para execução de projetos sociais, cujas prestações de contas são feitas nos prazos pactuados nos convênios de cooperação financeira, além de valores a receber vinculados a acordos firmados e depósitos judiciais e extrajudiciais (Nota 6).

e) Imobilizado

Reconhecimento e Mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (imparidade) (Nota 7).

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Item	Prazo
Obras Artísticas, Musicais, Literárias e Similares e Terrenos	Indeterminado
Equipamentos de Uso, Sistemas de Controle de Acesso, Sistemas de Prevenção de Acidentes, Equipamentos de Computação, Equipamentos de Suporte Força, Benfeitorias em Imóveis de Terceiros, <i>Software</i> – Direito de Uso e Implantação de <i>Software</i>	5 anos
Móveis e Utensílios e Instalações	10 anos
Edificações e Benfeitorias	25 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A vida útil e o valor residual dos bens foram revisados em 31.12.2018, não havendo diferença em relação a 2017.

f) Intangível

Corresponde aos investimentos realizados no desenvolvimento e na implantação de ferramentas de informática (*software*), de acordo com as necessidades da Fundação, de forma permanente, com vistas a sua adequação às novas tecnologias e necessidades operacionais. Está demonstrado pelo custo incorrido, líquido de amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear, considerando vida útil estimada de cinco anos (Nota 8).

g) Projetos Sociais Contratados

Referem-se ao montante devido aos conveniados, cujo valor do convênio foi aprovado pela Fundação para liberação e o documento fiscal já foi registrado na contabilidade e aguarda pela sua liquidação (Nota 9).

h) Obrigações a Pagar

São registrados os valores relativos às despesas administrativas e de comunicação institucional e os pagamentos a serem efetuados a fornecedores e prestadores de serviços e valores de tributos a serem recolhidos (Nota 10).

i) Recursos de Convênios

Registram os valores dos recursos aportados por força de convênios e acordos firmados com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que ainda não foram comprometidos com projetos sociais, discriminadamente por instrumento firmado, bem como os valores já comprometidos, mas ainda não desembolsados. O enquadramento em curto e longo prazos expressa os prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro aprovado.

j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

Ao final de cada período de reporte, a Fundação avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a Fundação estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

No mínimo anualmente, a Fundação elabora estudo para verificar se existe indicação de desvalorização de ativos, alcançados pelo CPC 01, segundo critérios técnicos definidos pela Administração.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

k) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Provisões trabalhistas e cíveis são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

Considera-se para o cálculo do valor provável de condenação, o valor indenizatório pretendido, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis e, a menos que sejam classificados como remotos, devem ser divulgados em notas explicativas.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

l) Imunidade Tributária

A Fundação possui imunidade tributária, de acordo com o Art. 150, VI, c, da Constituição Federal.

m) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da Fundação é o Real (R\$).

n) Gerenciamento de Riscos

A Administração da Fundação segue a política de gerenciamento de riscos adotada pelo Conglomerado Banco do Brasil. Os instrumentos financeiros da Fundação encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos principalmente pelos saldos de aplicações financeiras, outros créditos, contas a pagar, encargos a recolher e outras obrigações.

A Fundação não apresenta exposição a risco de crédito.

Os riscos advindos do uso de instrumentos financeiros estão relacionados a:

Risco de mercado: é a possibilidade de perdas causadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, que estão principalmente relacionadas à atualização de passivos financeiros. A Fundação adota o perfil conservador, não atuando no mercado futuro, de derivativos, acionário, câmbio, e com itens referenciados em moeda diferente do Real. A Diretoria Executiva é responsável pela execução e acompanhamento da gestão dos investimentos, observando as melhores práticas de gestão de recursos e de prudência na assunção de riscos, bem como a Política de Investimentos estabelecida pelo Conselho Curador. Todos os recursos são aplicados, exclusivamente, em poupança ou fundos de renda fixa de alta liquidez e baixa volatilidade, estes administrados pela BB DTVM.

Risco de liquidez: representa o risco da organização encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. Os principais passivos financeiros estão representados pelas obrigações decorrentes das contas a pagar, encargos e tributos a recolher e outras obrigações. A Fundação garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Risco operacional: representa o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura da entidade e de fatores externos, exceto os relacionados ao risco de crédito, de mercado e de liquidez, bem como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias. O objetivo da entidade é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação. A área de Controles Internos aplica testes de verificação de conformidade objetivando identificar os riscos envolvidos nos processos da Fundação para antever problemas e descobrir oportunidades de aprimoramento. Semestralmente é apresentado relatório informativo com descrição de eventuais fragilidades, sendo que, na medida em que são constatadas não conformidades, as áreas são acionadas para regularização tempestiva.

o) Pronunciamentos recentemente emitidos

Receita de Contrato com Cliente

Em dezembro de 2016, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis divulgou o Pronunciamento CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, que substituiu e revogou os seguintes documentos: (a) CPC 17 – Contratos de Construção; (b) CPC 30 – Receitas; (c) Interpretação A – Programa de Fidelidade com o Cliente, anexa ao CPC 30; (d) ICPC 02 – Contrato de Construção do Setor Imobiliário; ICPC 11 – Reconhecimento em Transferência de Ativos dos Clientes; e (f) Interpretação B – Receita – Transação de Permuta Envolvendo Serviços de Publicidade, anexa ao CPC 30.

O CPC 47 especifica como e quando serão reconhecidas as receitas de contratos, assim como requer que as entidades forneçam dados mais relevantes aos usuários das informações contábeis. Segundo a norma, o reconhecimento de receitas deve ocorrer por meio de cinco etapas: i) identificação dos contratos com um cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho no contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho no contrato; v) reconhecimento da receita quando, ou à medida que, a empresa satisfizer uma obrigação de desempenho.

A adoção do CPC 47 não implicou em mudanças nos processos contábeis da Fundação e não foram identificados impactos no patrimônio ou no resultado da empresa.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	31.12.2018	31.12.2017
Aplicações de liquidez imediata	24.879	3.282
Caderneta de poupança	4.272	8.311
Caixa e depósitos bancários	511	1.095
TOTAL	29.662	12.688
Ativo Circulante	29.662	12.688

Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor.

5 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado

a) Instrumentos Financeiros não Derivativos

		R\$ mil	
	Custo	Valor de Mercado	
	Atualizado	31.12.2018	31.12.2017
Notas do Tesouro Nacional	180.576	199.126	--
Letras do Tesouro Nacional	17.367	18.442	--
Letras financeiras do Tesouro	16.350	21.238	245.752
Letras financeiras privadas	12.000	12.599	53.846
TOTAL	226.293	251.405	299.598
Ativo Circulante		62.359	107.299
Ativo não Circulante		189.046	192.299

Em 31.12.2018, o valor de mercado era composto por R\$ 243.194 mil em aplicações com recursos próprios e 8.211 mil com recursos de terceiros. R\$

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A FBB não operou com derivativos nos exercícios encerrados em 31.12.2018 e 31.12.2017.

6 - OUTROS CRÉDITOS

		R\$ mil	
	Nota	31.12.2018	31.12.2017
Valores a receber		11.729	10.031
Acordo BNDES Terraforte 2013	11.a	11.616	9.922
Outros		113	109
Adiantamentos de recursos		9.928	5.511
Depósitos judiciais/extrajudiciais	12.d	40	37
Despesas a apropriar		6	33
Rendas a receber		4	--
Despesas antecipadas		1	1
TOTAL		21.708	15.613
Ativo Circulante		21.708	15.613

7 - IMOBILIZADO DE USO

R\$ mil

	Saldo 31.12.2017	Adições	Baixas	Movimentação da Depreciação Acumulada ⁽¹⁾	Valor de custo	Depreciação Acumulada	Saldo 31.12.2018
Edificações	384	--	--	(112)	2.799	(2.527)	272
Terrenos	260	--	--	--	260	--	260
Obras artísticas	110	49	--	--	159	--	159
Outros	72	53	(28)	11	855	(747)	108
Móveis e utensílios	69	7	(288)	256	202	(158)	44
Benfeitorias	57	--	--	(16)	389	(348)	41
Sistemas de processamento de dados	94	3	(1.359)	1.295	2.441	(2.408)	33
Benfeitorias em imóveis de terceiros	--	--	--	--	703	(703)	--
TOTAL	1.046	112	(1.675)	1.434	7.808	(6.891)	917
Ativo não Circulante	1.046	112	(1.675)	1.434	7.808	(6.891)	917

(1) Refere-se à movimentação de baixas que reduzem o saldo do imobilizado e às depreciações que são reconhecidas em contas de resultado.

8 - INTANGÍVEL

R\$ mil

	Saldo 31.12.2017	Adições	Baixas	Amortização do período	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Saldo 31.12.2018
Desenvolvimento e implantação de softwares	154	--	--	(54)	3.252	(3.152)	100
TOTAL	154	--	--	(54)	3.252	(3.152)	100
Ativo não Circulante	154	--	--	(54)	3.252	(3.152)	100

9 - PROJETOS SOCIAIS CONTRATADOS

R\$ mil

	31.12.2018	31.12.2017
Projetos sociais contratados - Recursos Próprios	188	1.799
Projetos sociais contratados - Recursos de Terceiros	17	1.019
TOTAL	205	2.818
Passivo Circulante	205	2.818

10 - OBRIGAÇÕES A PAGAR

	R\$ mil	
	31.12.2018	31.12.2017
Fornecedores	659	509
Tributos a recolher	70	26
TOTAL	729	535
Passivo Circulante	729	535

11 - RECURSOS DE CONVÊNIOS

a) Composição dos Ativos

		R\$ mil				
	Nota	Outros Créditos	Depósitos e Aplicações ⁽¹⁾	Adiantamentos em Projetos ⁽²⁾	Total em 31.12.2018	Total em 31.12.2017
Acordo Terraforte	6	11.616	899	--	12.515	11.644
Acordo MTE/SENAES 795775/2013		--	2.664	--	2.664	6.510
Acordo BNDES Fundo Amazônia 2012		--	2.335	29	2.364	2.898
Acordo BNDES PTAC 2012		--	2.167	--	2.167	2.600
Acordo BNDES PTAC 2013 - Fundo Social		--	488	1.135	1.623	1.863
Acordo BNDES PTAC 2010		--	332	782	1.114	1.329
Acordo BNDES PTAC 2009		--	641	459	1.100	1.654
Acordo BNDES PTAC 2011		--	1.093	--	1.093	1.389
Acordo BNDES Fundo Amazônia 2013		--	1.073	--	1.073	3.970
Convênio Recupera Cerrado MMA		--	1.053	--	1.053	-
Acordo BNDES PTAC 06/2015		--	597	--	597	8.170
Acordo BNDES Água Produção		--	444	--	444	1.505
Convênio Votorantim		--	254	--	254	-
TOTAL		11.616	14.040	2.405	28.061	43.532
Ativo Circulante		11.616	14.040	2.405	28.061	43.532

(1) Referem-se à soma dos recursos financeiros vinculados a convênios, incluídos em Caixa e Equivalentes de Caixa, no circulante e, Instrumentos Financeiros e Derivativos, no não circulante.

(2) Referem-se aos recursos financeiros adiantados a projetos sociais, incluídos em Outros Créditos.

b) Composição dos Passivos

R\$ mil

	Recursos de Convênios	Valores a liberar, impostos retidos e rendas a receber	Total em 31.12.2018	Recursos de Convênios	Valores a liberar e impostos retidos	Total em 31.12.2017
Acordo Terraforte - Recursos a internalizar	11.616	--	11.616	9.922	--	9.922
Acordo MTE/SENAES 795775/2013	2.664	--	2.664	6.421	89	6.510
Acordo BNDES Fundo Amazônia 2012	2.364	--	2.364	2.891	6	2.897
Acordo BNDES PTAC 2012	2.166	1	2.167	2.599	--	2.599
Acordo BNDES PTAC 2013 - Fundo Social	1.623	--	1.623	1.852	11	1.863
Acordo BNDES PTAC 2010	1.114	--	1.114	1.329	--	1.329
Acordo BNDES PTAC 2009	1.100	--	1.100	1.653	1	1.654
Acordo BNDES PTAC 2011	1.089	4	1.093	1.386	1	1.387
Acordo BNDES Fundo Amazônia 2013	1.056	17	1.073	3.970	--	3.970
Convênio Recupera Cerrado MMA	1.053	--	1.053	--	--	--
Acordo Terraforte	899	--	899	1.539	183	1.722
Acordo BNDES PTAC 06/2015	597	--	597	7.437	733	8.170
Acordo BNDES Água Produção	444	--	444	1.505	--	1.505
Convênio Votorantim	254	--	254	--	--	--
TOTAL	28.039	22	28.061	42.504	1.024	43.528
Passivo Circulante	28.039	22	28.061	42.504	1.024	43.528

12 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180, de 24.07.2009.

b) Provisões Trabalhistas e Cíveis

Baseado na opinião dos assessores jurídicos e da Administração da Fundação foram registradas provisões relacionadas à esfera cível e trabalhista:

	R\$ mil	
	Exerc/2018	Exerc/2017
Demandas Cíveis		
Saldo inicial	281	228
Constituição	19	121
Reversão de Provisão	(8)	(68)
Saldo final	292	281
Passivo Circulante	292	281
	R\$ mil	
	Exerc/2018	Exerc/2017
Demandas Trabalhistas		
Saldo inicial	15	55
Constituição	1	262
Reversão de Provisão	(16)	(243)
Baixa por Pagamento	--	(59)
Saldo final	--	15
Passivo Circulante	--	15

c) Passivos Contingentes Possíveis

As contingências passivas com risco de perda considerado possível ocorrem nas esferas cíveis e trabalhistas.

	R\$ mil	
	Exerc/2018	Exerc/2017
Demandas Cíveis	21	10
Demandas Trabalhistas	6	--
Total	27	10

d) Depósitos em Garantia de Recursos

A Fundação possui depósitos judiciais para suportar eventuais perdas com demandas passivas.

	R\$ mil	
	Exerc/2018	Exerc/2017
Demandas Fiscais	21	20
Demandas Cíveis	14	12
Demandas Trabalhistas	5	5
Total	40	37
Ativo Circulante	40	37

13 - OBRIGAÇÕES LEGAIS

				R\$ mil
	31.12.2017	Adições	Reduções	31.12.2018
Provisão para IRRF - principal	36.201	3.857	(40.058)	--
Provisão para IRRF - juros	10.695	1.606	(12.301)	--
Provisão para IRRF - multa	7.240	770	(8.010)	--
TOTAL	54.136	6.233	(60.369)	--
Passivo não Circulante	54.136	6.233	(60.369)	--

As Despesas Tributárias foram registradas ao longo do exercício mediante a provisão para imposto de renda na fonte sobre os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras, bem como os juros e a multa de mora. Entretanto, em julgamento da ADI 1.802/DF, o STF reconheceu, após o trânsito em julgado, em 12.04.2018, a inconstitucionalidade formal e material do artigo 12, inciso 1º, 9.532/97. Em virtude da pacificação da matéria a constituição da provisão foi descontinuada e o saldo da mesma revertido.

14 - PATRIMÔNIO SOCIAL

		R\$ mil
	31.12.2018	31.12.2017
Fundo patrimonial ⁽¹⁾	190.432	135.834
Superávits acumulados	82.712	92.057
TOTAL	273.144	227.891
Patrimônio Líquido	273.144	227.891

(1) Atualização de acordo com regras definidas pelo Estatuto Social da Fundação (R\$ 462 mil) acrescido de parte do valor de reversão da provisão para IR sobre aplicações financeiras (R\$ 54.136 mil).

Fundo Patrimonial

De acordo com o Art. 47 do Estatuto, a Fundação constitui Fundo Patrimonial – FP com o objetivo de preservar seu patrimônio e contribuir para longevidade no cumprimento de suas finalidades institucionais e para sua própria manutenção. Sua metodologia de mensuração, regras de gestão e critérios para sua eventual utilização ou reforço são deliberadas pelo Conselho Curador.

Em dezembro de 2018 o Conselho Curador aprovou a revisão da metodologia do FP, cuja principal alteração refere-se à incorporação do valor provisionado para o IR no saldo do Fundo.

O Fundo Patrimonial da Fundação é evidenciado contabilmente em subconta específica do grupamento Patrimônio Social, com ajustes periódicos ao saldo total controlado gerencialmente.

15 - RECEITAS DE DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES

	R\$ mil	
	Exerc/2018	Exerc/2017
Doações e Contribuições	77.826	79.445
Banco do Brasil S.A.	53.423	54.457
Federação Nacional das AABBs - FENABB	21.134	22.783
BB - Gestão de Recursos - BB DTVM	3.072	1.810
Outras empresas	165	271
Brasilcap Capitalização S.A.	24	123
Pessoas físicas	8	1
TOTAL	77.826	79.445

16 - RESULTADO FINANCEIRO

	R\$ mil	
	Exerc/2018	Exerc/2017
Fundo de Investimento Exclusivo - BB Fundação 30 RI RF	19.427	17.452
Rendas de títulos de renda fixa	19.259	17.054
Aplicações em operações compromissadas	168	398
Fundo de Investimento Exclusivo - BB Milênio 16	6.043	11.768
Rendas de títulos de renda fixa	5.518	10.481
Aplicações em operações compromissadas	560	1.400
Marcação a mercado TVM	205	--
Despesas financeiras fundo BB Milênio 16	(240)	(113)
Caderneta de poupança	266	169
Fundo de investimento - BB DI Social	14	24
Juros e correções ativos	3	1
TOTAL	25.753	29.414

17 - RECEITAS DE RECUPERAÇÃO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

	R\$ mil	
	Exerc/2018	Exerc/2017
Reversão de provisões - IRRF	54.136	13.041
Recuperação de despesas com investimento social	75	31
Reversão de provisão dos processos judiciais	23	369
Outros	7	8
TOTAL	54.241	13.449

18 - RECEITAS DE RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE CONVÊNIOS

	R\$ mil	
	Exerc/2018	Exerc/2017
Acordo BNDES PTAC 06/2015	7.099	2.755
Acordo MTE/SENAES 795775/2013	3.910	3.847
Acordo BNDES Fundo Amazônia 2013	3.090	--
Acordo BNDES Água Produção	1.089	4.965
Acordo BNDES Terraforte 2013	707	1.959
Acordo BNDES Fundo Amazônia 2012	699	1.016
Acordo BNDES PTAC 2009	631	760
Acordo BNDES PTAC 2012	580	1.793
Acordo BNDES PTAC 2011	370	726
Acordo BNDES PTAC 2013 - Fundo Social	325	2.781
Acordo BNDES PTAC 2010	282	304
TOTAL	18.782	20.906

19 - OUTRAS RECEITAS

	R\$ mil	
	Exerc/2018	Exerc/2017
Recebimento patrimônio Besc Clube	19.668	--
Obras artísticas Besc Clube	49	--
Rendas de depósitos judiciais	--	6
Ganhos de capital com imobilizado	--	42
TOTAL	19.717	48

(1) Refere-se ao recebimento de doação de recursos referentes ao Patrimônio Líquido remanescente do Besc Clube.

20 - DESPESAS COM INVESTIMENTO SOCIAL

	R\$ mil	
	Exerc/2018	Exerc/2017
Recursos Próprios	(87.138)	(77.918)
Assistência a comunidades urbano-rurais	(61.343)	(58.178)
Educação	(23.512)	(17.724)
Ciência e tecnologia	(2.283)	(2.016)
Recursos de Terceiros	(18.782)	(20.906)
Assistência a comunidades urbano-rurais	(18.782)	(20.906)
TOTAL	(105.920)	(98.824)

21 - DESPESAS COM PESSOAL

	R\$ mil	
	Exerc/2018	Exerc/2017
Proventos	(22.132)	(21.743)
Encargos sociais	(10.264)	(10.100)
Benefícios	(3.614)	(3.614)
Treinamento	(161)	(267)
Relacionamento interno, QVT e outros benefícios	(51)	(49)
Remoção/cessão de funcionários do BB	(29)	(42)
TOTAL	(36.251)	(35.815)

22 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS / COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

	R\$ mil	
	Exerc/2018	Exerc/2017
Despesas administrativas	(4.801)	(5.739)
Manutenção de imóveis de uso	(1.793)	(1.847)
Processamento de dados	(867)	(1.147)
Serviços de terceiros	(680)	(625)
Despesas administrativas de fundos de investimento exclusivos	(398)	(431)
Outras	(321)	(488)
Menores aprendizes/estagiários	(249)	(275)
Depreciação	(199)	(275)
Viagens a serviço	(140)	(131)
Comunicação	(80)	(391)
Amortização	(74)	(129)
Comunicação institucional	(2.556)	(1.092)
Comunicação institucional	(2.556)	(1.092)
TOTAL	(7.357)	(6.831)

23 - DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil	
	Exerc/2018	Exerc/2017
Principal	--	(5.836)
Juros	--	(3.091)
Multa	--	(1.167)
TOTAL	--	(10.094)

A FBB não sofria retenção de imposto de renda sobre aplicações financeiras, com base em liminar amparada pela ADI 1.802/DF, mas constituía provisão, para a hipótese de uma decisão desfavorável.

As Despesas Tributárias foram registradas ao longo do exercício mediante provisão para imposto de renda na fonte sobre os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras, bem como os juros e a multa de mora (Nota 13). Entretanto, em julgamento da ADI 1.802/DF, o STF reconheceu, após o trânsito em julgado, em 12.04.2018, a inconstitucionalidade formal e material do artigo 12, inciso 1º, 9.532/97. Em virtude da pacificação da matéria a constituição da provisão foi descontinuada e o saldo da mesma revertido.

24 - DESPESAS COM ANULAÇÃO DE RECEITAS FINANCEIRAS – RECURSOS DE TERCEIROS

	R\$ mil	
	Exerc/2018	Exerc/2017
Anulação de Receitas Financeiras - Recursos de Terceiros	(1.381)	(2.638)
Acordo BNDES	(1.225)	(2.091)
Convênio MTE SENAES 795775/2013	(152)	(547)
Convênio Votorantim	(4)	--
Anulação de Receitas Financeiras - Recursos Condicionais	(72)	(84)
Recursos Condicionais	(72)	(84)
TOTAL	(1.453)	(2.722)

25 - OUTRAS DESPESAS

	R\$ mil	
	Exerc/2018	Exerc/2017
Perdas	(39)	(36)
Baixa de bens do permanente	(21)	(15)
Provisão para ações judiciais	(19)	(382)
Despesas bancárias	(6)	(4)
Despesas de depósitos judiciais desfavoráveis	--	(45)
TOTAL	(85)	(482)

26 - ISENÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES

		R\$ mil	
	Alíquota	Exerc/2018	Exerc/2017
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)	9%	8.664	--
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	3%	3.784	3.278
Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS)	0,65%	820	--
TOTAL		13.268	3.278

A Fundação, na condição de pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade de prestação de serviços na área de assistência social, detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), na forma estabelecida pela Lei 12.101/2009, possui benefício de isenção do pagamento de contribuições. Os valores acima simulados representam os volumes de isenção.

27 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Fundação realiza com seu instituidor Banco do Brasil S.A. e com instituições a ele ligadas transações bancárias tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), operações com instrumentos financeiros e operações compromissadas. Há, ainda, convênios para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

A Fundação não mantém transações com seus administradores e respectivos familiares, nos termos da Resolução CFC 1.145/08.

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

Saldos das operações ativas e passivas com o instituidor Banco do Brasil S.A. e instituições a ele ligadas:

					R\$ mil
	Nota	Banco do Brasil S.A.	Outras Partes Relacionadas	31.12.2018 Total	31.12.2017 Total
Ativos					
Caixa e depósitos bancários	4	511	--	511	1.095
Instrumentos financeiros e derivativos		--	--	--	27.817
Letras financeiras privadas		--	--	--	27.817
Caderneta de poupança	4	4.272	--	4.272	8.311
Aplicações de liquidez imediata		492	--	492	590
Passivos					
Valores a pagar a sociedades ligadas ⁽¹⁾		439	--	439	35.812

					R\$ mil
	Nota	Banco do Brasil S.A.	Outras Partes Relacionadas	Exerc/2018 Total	Exerc/2017 Total
Receitas					
Receitas de Doações e Contribuições	15	53.423	3.096	56.519	56.391
Banco do Brasil S.A.		53.423	--	53.423	51.161
Brasilcap Capitalização S.A.		--	24	24	123
BB - Gestão de Recursos - BB DTVM		--	3.072	3.072	5.107
Receitas financeiras		127	--	127	15.933
Despesas					
Despesas com pessoal	21	(36.251)	--	(36.251)	(35.815)
Despesas com ressarcimentos		(6.914)	--	(6.914)	(4.762)
Despesas financeiras fundos de investimentos		--	(240)	(240)	(113)
Despesas administrativas fundos de investimentos	22	--	(398)	(398)	(431)

(1) Referem-se a ressarcimentos ao Banco do Brasil, de despesas com pessoal e rateio de custos.

28 – REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

A Fundação mantém, desde 10.10.2005, convênio de cessão de pessoal com seu instituidor (Banco do Brasil S.A.). O convênio celebrado prevê a cessão de todo quadro de pessoal da Fundação nos níveis técnico, gerencial, diretivo e outros cargos de confiança.

Os funcionários dos níveis técnico, gerencial e outros cargos de confiança são mantidos sem ônus para o instituidor por meio de convênio de ressarcimento.

O Banco processa a folha de pagamento desses funcionários mediante ressarcimento mensal pela Fundação de todos os custos decorrentes. Essa remuneração está inclusa em despesas de pessoal, conforme evidenciado na Nota 21.

O Presidente e os Diretores Executivos são remunerados, exclusivamente, pelo Banco do Brasil S.A., em cumprimento ao dispositivo estatutário da Fundação, portanto, sem ônus para a Fundação.

Funções	31.12.2018		31.12.2017	
	Quantidade	Média Salarial ⁽¹⁾	Quantidade	Média Salarial ⁽¹⁾
Gerente de Divisão	12	41.003	12	39.504
Gerente de Equipe	3	25.809	4	24.866
Assessor Sênior	44	25.669	41	24.731
Assessor Pleno	42	17.996	40	17.338
Assessor Júnior	26	13.855	24	13.348
Assistente	7	9.636	15	9.284
Total	134	--	136	--

A média salarial é definida com base nos proventos e encargos sociais. O valor não leva em consideração rotatividade e ajustes decorrentes do acordo coletivo de trabalho.

Conselho Curador

Membros Natos

Rubem de Freitas Novaes
Asclepius Ramatiz Lopes Soares
Beny Parnes

Membros Temporários

Cristiane Bites Nylander Brito
Frederico Guilherme Fernandes de Queiroz Filho
João Pinto Rabelo Júnior
José Eduardo Pereira Filho
Marcelo Cruz
Marina Freitas Gonçalves de Araújo Grossi
Sandra Santana Soares Costa

Diretoria

Presidente

Asclepius Ramatiz Lopes Soares

Diretores Executivos

Roberto Luiz Benkenstein
Rogério Bressan Biruel

Conselho Fiscal

Luciano Nobrega Queiroga (Presidente)
Alexandre Carneiro Cerqueira
Rogério Valsechy Karl

Contadoria

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017.601/O-5
CPF 541.035.920-87